Reforma ou retrocesso? A disputa pelo futuro do trabalho, da água e da saúde no cenário global

¿Reforma o retroceso? La disputa por el futuro del trabajo, el agua y la salud en el escenario mundial

Reform or Setback? The Dispute over the Future of Labor, Water, and Health in the Global Scenario

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Neste terceiro informe de 2026, cobrimos as últimas duas quinzenas nos eixos Político-Econômico e Saúde. Analisamos as disputas trabalhistas na América Latina – retrocessos na Argentina, Equador e Panamá contrastando com avanços no México, Colômbia e Brasil – , a mobilização sindical no Reino Unido pelo direito à alimentação, os impasses na Convenção Fiscal da ONU, novas evidências sobre desigualdade e emissões de GEE no Brasil, o relatório da ONU sobre "falência da água", a crise hídrica em São Paulo agravada pela privatização da Sabesp, e o significado da decisão sobre Vanuatu para o direito internacional climático. Na Saúde, abordamos a estratégia *Economics of Health for All* da OMS, o manifesto do 8 de março do Movimento Popular pela Saúde, os impactos do bloqueio a Cuba, a continuidade do genocídio em Gaza com as práticas de *medicide* e *ecocide*, e os ataques ao Irã denunciados por movimentos de saúde. O informe evidencia como as crises climática, hídrica, fiscal e sanitária estão conectadas pela mesma lógica imperialista e de financeirização, e como os movimentos sociais e sindicais voltam a ocupar centralidade na resistência.

Palavras-chave: Reformas trabalhistas; Falência da água; Convenção Fiscal da ONU; Direito à saúde; Imperialismo e saúde.

Resumen. *En este tercer informe de 2026, cubrimos las dos últimas quincenas en los ejes político-económico y de salud. Analizamos los conflictos laborales en América Latina —retrocesos en Argentina, Ecuador y Panamá que contrastan con avances en México, Colombia y Brasil—, la movilización sindical en el Reino Unido por el derecho a la alimentación, los impasses en la Convención Fiscal de la ONU, nuevas evidencias sobre la desigualdad y las emisiones de GEI en Brasil, el informe de la ONU sobre la «crisis del agua», la crisis hídrica en São Paulo agravada por la privatización de Sabesp, y el significado de la decisión sobre Vanuatu para el derecho internacional climático. En materia de salud, abordamos la estrategia «Economía de la salud para todos» de la OMS, el manifiesto del 8 de marzo del Movimiento Popular por la Salud, los impactos del bloqueo a Cuba, la continuidad del genocidio en Gaza con las prácticas de medicidio y ecocidio, y los ataques a Irán denunciados por movimientos de salud. El informe pone de manifiesto cómo las crisis climática, hídrica, fiscal y sanitaria están conectadas por la misma lógica imperialista y de financiarización, y cómo los movimientos sociales y sindicales vuelven a ocupar un lugar central en la resistencia.*

Palabras clave: *Reformas laborales; Falta de agua; Convención Fiscal de la ONU; Derecho a la salud; Imperialismo y salud.*

Abstract. *In this third report of 2026, we cover the last two weeks in the Political-Economic and Health axes. We analyze labor disputes in Latin America — setbacks in Argentina, Ecuador, and Panama contrasting with advances in Mexico, Colombia, and Brazil —, trade union mobilization in the United Kingdom for the right to food, the impasses in the UN Tax Convention, new evidence on inequality and GHG emissions in Brazil, the UN report on "water bankruptcy," the water crisis in São Paulo worsened by the privatization of Sabesp, and the significance of the Vanuatu decision for international climate law. In Health, we address the WHO's Economics of Health for All strategy, the March 8th manifesto of the People's Health Movement, the impacts of the blockade on Cuba, the ongoing genocide in Gaza with the practices of medicide and ecocide, and the attacks on Iran denounced by health movements. The report highlights how climate, water, fiscal, and health crises are connected by the same imperialist and financialization logic, and how social and trade union movements are once again occupying a central role in resistance.*

Keywords: *Labor reforms; Water bankruptcy; UN Tax Convention; Right to health; Imperialism and health*

Panorama político-econômico

Nestas últimas duas quinzenas, acompanhamos acontecimentos sobre a reforma trabalhista na Argentina e o momento paradoxal da América Latina, as negociações da Nova Convenção Fiscal da ONU, novas análises sobre a relação entre desigualdade e clima, o caso do rio Tapajós, o relatório da ONU sobre a "falência da água", os efeitos da privatização nas crises hídricas em São Paulo e o significado da decisão sobre Vanuatu para o planeta. Estes tópicos foram selecionados tanto pela sua importância temporal e política, mas também por evidenciarem o contexto global nesse último mês: avanço e repressão, reconhecimento da crise climática e inabilidade de mudança, proletariado sobrevivendo à hiper financeirização e os sindicatos novamente como ponto de organização política.

Reforma trabalhista: direitos em disputa na América Latina e o movimento sindical do Reino Unido

O estado dos direitos trabalhistas na América Latina e no Caribe encontra-se em franca disputa. Enquanto alguns países avançam em pautas progressistas, outros promovem retrocessos significativos impulsionados por agendas neoliberais. O caso mais paradigmático no momento é o da Argentina. O governo de extrema-direita fascista de Milei está a promover uma reforma trabalhista que, dando eco os maiores sindicatos do país, é um ataque direto à classe trabalhadora: aumento da jornada, licença médica receberão será descontada, empresários pagarão menos em indenizações, a negociação coletiva será enfraquecida e o direito a greve será severamente controlado. A resposta dos trabalhadores argentinos tem sido forte e organizada – os argentinos têm ido às ruas pelo menos 1 vez por mês desde o meio do ano passado, devido aos constantes ataques de Milei à dignidade do povo –, com greves que colocaram setores poderosos da economia em situação delicada. Milei insiste que a reforma "moderniza a lei para adequá-la às necessidades do século XXI."

No Equador, o governo de Daniel Noboa – que está recebendo denúncias de diversos setores pelos traços violentos de sua administração – pretende aumentar a jornada de trabalho de 8 para 10 horas e, assim como na Argentina, o governo ultra liberal e fascista de Noboa insiste que a reforma beneficia os trabalhadores. O ministro do trabalho, Burbano, chegou a afirmar que horas extras serão pagas com "tempo, que é o que há de mais valioso", em vez de dinheiro.

A nova proposta também permite até 12 horas de trabalho diárias, gerando desconforto entre trabalhadores. É o mesmo argumento usado pelo governo panamenho de José Raúl Mulino em 2025 para promover a Lei Orgânica da Previdência Social.

Momentos tristes para uma região que lutou tanto, por tanto tempo, para assegurar o direito dos seus trabalhadores.

"O reconhecimento e a proteção dos trabalhadores variam em toda a América Latina. Dependendo do país, os trabalhadores têm mais ou menos direitos que reconhecem sua contribuição à sociedade como insubstituível. Mas esses direitos não foram dados gratuitamente. Enquanto os trabalhadores lutavam por direitos que lhes permitissem viver com dignidade, as oligarquias latino-americanas, por meio de seus exércitos, não hesitaram em massacrá-los.

Alguns dos massacres de trabalhadores mais sangrentos da história da humanidade ocorreram na América Latina. Em 1932, o governo de Maximiliano Hernández massacrou 30 mil camponeses e indígenas, o que é considerado um trauma na história de El Salvador ainda não superado, sendo inclusive considerado extermínio étnico.

Em 1907, em Santa María de Iquique, no Chile, cerca de 3 mil trabalhadores do salitre foram mortos por exigirem melhores salários. Casos semelhantes ocorreram em 1928, em Magdalena, na Colômbia, onde cerca de mil trabalhadores bananeiros foram massacrados pelo Estado — uma tragédia retratada no romance Cem Anos de Solidão, do Prêmio Nobel García Márquez.

O mesmo destino teve o quase um milhar de grevistas mortos em 1922 na Patagônia argentina, sob um governo constitucional. No mesmo ano, em Guayaquil, cerca de mil trabalhadores equatorianos foram massacrados pelo exército nacional, evento que inspiraria o romance Las cruces sobre el agua, de Joaquín Gallegos Lara. Os exemplos abundam e chocam até os mais indiferentes.

Mas, após os massacres, os trabalhadores latino-americanos continuaram lutando por seus direitos, eventualmente conquistando-os às custas das oligarquias e burguesias, que relutantemente concederam certas melhorias a seus empregados. Hoje, as oligarquias latino-americanas decidiram recuperar o pouco terreno que perderam, e o fazem por meio de reformas trabalhistas."

Mas nem todas as tentativas de reforma seguem a cartilha e austera do moralmente falido FMI – privatização, enfraquecimento do Estado e da rede de cuidados e destruição da organicidade do proletário. Claudia Sheinbaum está levando a cabo a redução de horas de trabalho semanais, Petro promoveu reforma com o mesmo objetivo e Lula encara a batalha legislativa para emplacar o fim da escala 6x1, junto com a deputada – e agora presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – Erika Hilton.

Falando em trabalhador, o sindicalismo do Reino Unido tomou a frente na defesa pelo direito à alimentação – ameaçado pelo aumento do custo de vida que está causando casos de desnutrição em crianças. A mobilização responde a informes sobre crescente insegurança alimentar entre trabalhadores. "Seis em cada dez trabalhadores do setor alimentício dizem que seus salários são insuficientes para cobrir necessidades básicas como comida e energia", disse Sarah Woolley, secretária-geral do Sindicato de Padeiros (BFAWU). "Quase um terço dos usuários de bancos de alimentos vêm de lares com pelo menos um trabalhador assalariado.

Fome é definitivamente uma questão sindical, na medida em que a pobreza é efeito de baixos salários, precarização, contratos zero-hora e falsa autonomia". Fran Heathcote, do Sindicato de Serviços Públicos (PCS), alertou que a situação pouco melhorou sob o governo trabalhista de Keir Starmer: "Temos dezenas de milhares de membros ganhando pouco acima do salário mínimo nacional – pessoas diretamente empregadas pelo governo que precisam solicitar crédito universal." Junto da ajuda direta, os sindicatos também se mobilizaram ao redor de demandas estruturais para sanar a crise da manutenção da vida: "riqueza deve ser taxada, salários aumentados, preços de comida e energia controlados, *utilities* nacionalizadas, mais moradias populares, mercados de propriedade pública e restaurantes públicos criados, e fim inequívoco da austeridade. Nada menos que isso".

Negociações fiscais da ONU

A quarta sessão de negociações para uma Convenção Fiscal da ONU concluiu com avanços técnicos, mas sem consenso pleno sobre os pontos mais sensíveis, com a segunda semana de negociações sendo dominada por debates técnicos que "revelaram diferenças contundentes entre os Estados sobre como redesenhar as regras do sistema tributário internacional".

No centro da discussão estiveram os dois primeiros protocolos: Protocolo 1 (tributação de serviços transfronteiriços) e Protocolo 2 (prevenção e resolução de disputas fiscais). Países do Sul Global defenderam uma abordagem ampla e multilateralmente vinculante, enquanto economias desenvolvidas mostraram cautela, defendendo flexibilidade e alinhamento com tratados existentes – zero novidades até aí, parece que estamos acompanhando o Acordo Pandêmico novamente.

O Grupo Africano, liderado pela Nigéria e apoiado por Índia, Gana, Senegal, Serra Leoa, Argélia e Egito, "defendeu alcance amplo incluindo impostos sobre renda e outros com efeito econômico equivalente, independentemente da denominação formal". Sustentaram que definição restrita permitiria elisão fiscal por multinacionais. Suíça e Reino Unido alertaram que "estender o alcance além do imposto de renda tradicional poderia gerar conflitos com tratados bilaterais vigentes".

Da sociedade civil, o Comitê de Estudos Fiscais apoiou definição substantiva que inclua serviços técnicos, de gestão e digitais automatizados, enfatizando que "regras baseadas em presença física, herdadas dos anos 1930, já não garantem resultados equitativos".

"Por fim, discutiu-se a ideia de criar um grupo de trabalho dentro da ONU para facilitar aos países o acesso a bases de dados sobre preços de transferência — ou seja, informações que ajudam as autoridades tributárias a verificar se as empresas multinacionais estão declarando corretamente seus lucros entre filiais em diferentes países.

O debate deixou evidente que nem todos os Estados têm acesso a esse tipo de informação, que costuma ser cara e concentrada em economias mais desenvolvidas. Brasil, Índia, Rússia e Alemanha apoiaram a proposta, por considerarem que melhoraria as capacidades de fiscalização. Em contrapartida, Gana, Libéria e Botsuana pediram prudência, sinalizando que poderia duplicar esforços já existentes e sobrecarregar administrações com recursos limitados. Noruega, por sua vez, alertou que compartilhar esse tipo de dados também apresenta riscos em matéria de confidencialidade.

Assim, com as posições já delineadas e os insumos técnicos avançados, a Convenção entra em uma etapa decisiva. A próxima sessão, prevista para agosto deste ano, será realizada com um borrador integral sobre a mesa, que colocará à prova até onde estão dispostos a avançar — ou a resistir — os Estados na construção do novo marco fiscal global."

Desigualdade e clima

Uma nova pesquisa do MADE intitulada "A desigualdade de renda afeta as emissões de gases de efeito estufa? Evidências dos estados brasileiros" investigou a relação entre desigualdade e emissões no Brasil. Utilizando modelo de dados em painel dinâmico de 27 estados entre 2012 e 2022, os resultados "indicam associação positiva e estatisticamente significativa entre aumento da desigualdade e emissões de GEE", alguns trechos para maior entendimento:

"As evidências sugerem que o consumo orientado por status e o enfraquecimento da ação coletiva em sociedades desiguais parecem contribuir para maiores emissões." O estudo oferece a primeira evidência subnacional dessa relação no Brasil, destacando a importância de enfrentar a desigualdade nas políticas climáticas durante o mês que marca o Dia Nacional da Conscientização sobre o Clima.

Os resultados "corroboram estudos anteriores que encontraram relação positiva entre desigualdade e emissões" e "reforçam que desigualdade não é apenas questão distributiva, mas também ambiental, já que maior desigualdade parece exacerbar padrões de consumo e governança que intensificam pressões climáticas".

"Esses resultados trazem implicações importantes para a literatura. Primeiro, corroboram estudos anteriores que encontraram uma relação positiva entre desigualdade e emissões. Segundo, ressaltam o papel dos contextos nacionais: a extrema concentração de renda no Brasil e a estrutura produtiva intensiva em carbono (como o agronegócio e o desmatamento) amplificam o nexo desigualdade-emissões. Terceiro, reforçam a ideia de que a desigualdade não é apenas uma questão distributiva, mas também ambiental, já que maior desigualdade parece exacerbar padrões de consumo e governança que intensificam as pressões climáticas.

A principal contribuição do estudo reside em sua abordagem subnacional, que captura o efeito médio da desigualdade nas unidades federativas brasileiras — uma granularidade inatingível em análises entre países. Ao testar explicitamente hipóteses teóricas concorrentes, o artigo avança na compreensão dos mecanismos que ligam desigualdade e emissões, particularmente em economias periféricas com alta concentração de renda e emissões setoriais atípicas, como o Brasil. O uso de métodos de painel dinâmico (system-GMM) fortalece ainda mais os resultados ao mitigar preocupações com endogeneidade."

***Water Bankruptcy* e a privatização hidrica**

Por décadas, cientistas e formuladores de política alertaram sobre uma "crise global da água", sugerindo choque temporário seguido de recuperação. No entanto, um novo relatório de Madani, diretor do *UN University Institute for Water, Environment and Health* mostra que o que emerge agora em muitas regiões, no entanto, é "uma escassez persistente na qual os sistemas hídricos não podem mais retornar realisticamente às suas linhas de base históricas". E essa nova realidade não é equitativa, afetando de maneira exponencial pequenos produtores, povos originários, residentes urbanos de rendas mais baixas, mulheres e jovens.

Water bankruptcy é apresentada, então, como uma condição definida por dois fatores: insolvência e irreversibilidade. A insolvência refere-se à retirada e poluição da água além dos fluxos renováveis e dos limites seguros de depleção. Irreversibilidade refere-se aos danos a partes-chave do capital natural relacionado à água, como charcos e lagos, que tornam a restauração do sistema às suas condições iniciais inviáveis. Madani, porém, reitera que o termo "falência" não deve reforçar uma lógica de fim, mas sim de urgência – da necessidade de reestruturação do uso da água.

Entra nisso nossa relação com nossos rios, lagos, aquíferos e reservas naturais e como são percebidos dentro de uma lógica de hiper extrativismo e privatização constantes.

O Tapajós escapou graças à mobilização social e à proteção dos povos originários, mas quase caiu nas mãos da *Cargill*, enorme empresa privada dos Estados Unidos. Ela fatura 154 bilhões de dólares por ano sem ter uma característica verdadeiramente produtiva – não produz alimento, não planta, apenas lucra transportando *commodities* através da estrutura do escoamento. Além do Tapajós, os rios Tocantins e Madeira estão em perigo devido a um decreto assinado em 2025 (de número 12.600) – perigando virar manobra na tentativa de barateamento e ampliação dos negócios do agro.

Ainda sobre água, vemos São Paulo em crise após a privatização da Sabesp em 2024, afetando desproporcionalmente as periferias de baixa renda, "enquanto protegem a receita corporativa".

"Especialistas argumentam que a gestão privada incentiva o consumo excessivo e desestimula a conservação, exacerbando a desigualdade. Em outubro, coletiva na Cetesb anunciou medidas de redução de pressão na água. Ausência de representantes da Sabesp evidenciou que, sem o controle da empresa, a administração estadual não terá as mesmas ferramentas que teve para enfrentar a crise hídrica de 2014-2015.

Sabesp é uma empresa que vende água. Sob gestão privada, quanto mais água vende, mais lucra. Essa lógica explica por que medidas de desestímulo ao consumo — bônus para quem economiza ou multas para quem consome mais — adotadas na crise de 2014 não aparecem como política central hoje", observa Edson Aparecido Silva, do Observatório Nacional pelo Direito à Água e Saneamento (ONDAS)."

A solução adotada é perversa: "A região metropolitana de São Paulo tem mais de 50 mil km de tubulações, e não há como garantir pressão equilibrada. Distritos inteiros ficam sem água, especialmente periferias como Brasilândia, Grajaú, zona leste", detalha Amauri Pollachi. "A norma brasileira indica pressão mínima de 10 metros de coluna d'água. Sabesp não está cumprindo, e a agência reguladora fecha os olhos."

O significado da decisão sobre Vanuatu

Há seis meses, a Corte Internacional de Justiça emitiu uma opinião consultiva histórica esclarecendo o que o direito internacional exige dos Estados em relação às mudanças climáticas. "Pela primeira vez, a mais alta corte mundial estabeleceu as responsabilidades legais que os países têm para prevenir danos climáticos, proteger comunidades vulneráveis e cooperar para enfrentar a crise global."

Na semana passada, o governo de Vanuatu começou a circular um projeto de resolução na Assembleia Geral da ONU que pode injetar nova energia nos esforços globais.

O projeto de resolução “formal e incondicionalmente acolhe a opinião consultiva da Corte e convoca os Estados a cumpri-la integralmente” oferece aos Estados a chance de concretizar a resolução. Também “convoca fortalecimento da ação climática alinhada com essas obrigações legais esclarecidas” e “avança na operacionalização da opinião”, incluindo a criação de um “Registro Internacional de Danos para documentar perdas e danos atribuíveis às mudanças climáticas”.

Embora iniciado por um Estado insular do Pacífico, “o grupo central por trás do projeto abrange África, Caribe, Ásia, Europa e Américas”. A amplitude “ressalta uma realidade simples: mudança climática é uma crise compartilhada que exige resposta compartilhada fundamentada no direito internacional”

Saúde

Em Saúde, abordamos a nova estratégia *Economics of Health for All* da que será votada em maio, a relação entre o 8 de março e a saúde, as discussões da CSW70, os bloqueios a Cuba e seus efeitos no sistema de saúde cubano, e a situação em Gaza – o genocídio que envolve práticas de *medicide* e *ecocide*.

***Economics of Health for All*: a saúde como investimento, não custo**

Na Assembleia Mundial da Saúde em maio, os Estados-membros poderão endossar uma estratégia sem precedentes que declara que a saúde não é um custo – mas o melhor investimento que uma economia pode fazer.

Durante décadas, ministros da Fazenda trataram os gastos com saúde como um incômodo necessário: um custo a ser minimizado. Quando as economias apertam, a saúde é frequentemente uma das primeiras pastas a receber um envelope menor – assim como todos os setores do sistema de seguridade social.

Porém, a 79ª Assembleia Mundial da Saúde apresenta uma possibilidade: os Estados-membros serão convidados a aprovar algo sem precedentes, uma estratégia formal declarando que a saúde não é um custo e que o seu orçamento deve ser imaginado para além de marcos financeiros.

A *“Economics of Health for All”* está sendo elaborada pelos últimos seis anos e parte de uma premissa contundente: “Por gerações, medimos o sucesso nacional pelo PIB. Por essa métrica, um país que vende cigarros e tratamento de câncer parece mais bem-sucedido do que um país onde ninguém adoece. Isso não é apenas errado. É perigoso.”

“No quadro econômico prevalecente, a saúde é tratada como residual. Primeiro crescemos a economia, e então, se sobrar algo, gastamos um pouco para manter as pessoas vivas e produtivas. Estivemos de cabeça para baixo.” A abordagem da OMS insiste que populações saudáveis não são subproduto da riqueza: são o motor que a produz.

De Alma-Ata a Genebra: um arco de 50 anos

Para entender por que este momento importa, é necessário olhar para trás. Em 1978, em Alma-Ata, no atual Cazaquistão, o mundo declarou que “Saúde para Todos” seria alcançada até o ano 2000. “Aquela declaração foi radical para sua época. Ela explicitamente vinculava saúde à justiça econômica, convocando uma 'Nova Ordem Econômica Internacional' que redistribuiria recursos de nações ricas para as pobres.”

Não aconteceu. Os anos 1980 trouxeram crises da dívida, programas de ajuste estrutural e a privatização crescente dos sistemas de saúde. Os anos 2000 trouxeram programas ambiciosos focados em doenças específicas que "salvaram milhões, mas negligenciaram diversas outras necessidades de saúde, deixando sistemas fragmentados, subfinanciados e mercantilizados".

Agora, meio século depois, uma visão holística está sendo ressuscitada.

O que a estratégia realmente faz

A estratégia é surpreendentemente concreta. Suas recomendações dividem-se em cinco categorias. A primeira orienta a política econômica para a saúde por meio da reforma de sistemas tributários, integração de avaliações de impacto à saúde em acordos comerciais, garantia de trabalho decente e proteção social, e reconhecimento do trabalho de cuidado não remunerado.

A segunda vai além do PIB, adotando painéis de progresso que monitoram equidade em saúde e vitalidade comunitária. A terceira aumenta o financiamento doméstico por meio de tributação progressiva, impostos específicos para saúde e orçamento focado em resultados.

A quarta constrói capacidade no setor público, incorporando expertise em economia da saúde em todo o governo. A quinta assegura implementação baseada em evidências por meio de agenda de pesquisa de longo prazo, proteções de transparência e engajamento da sociedade civil.

Em fevereiro, na 158ª reunião do Conselho Executivo da OMS, "países em desenvolvimento expressaram entusiasmo com a estratégia"

E o que falta? Conversar sobre como essa estratégia lida com a crise da dívida, os ataques da austeridade e p domínio crescente do mercado privado sobre serviços que deveriam ser inteiramente públicos.

"Apesar das limitações, a estratégia abre caminho para um novo tipo de economia, mais humana. "Por cinquenta anos, o menu da saúde global ofereceu variações sobre o mesmo tema: mais ajuda, entrega mais eficiente, melhores métricas. A estratégia Economics of Health for All oferece algo completamente diferente. Ela pede que os países redesenhem a ordem econômica.

A estratégia previsivelmente encontrará um muro de tensão política que nenhuma redação engenhosa de políticas pode desmantelar. Atores poderosos com participação confortável no status quo não vão simplesmente se render. A questão real não é se eles vão retaliar (já estão). É se os países e comunidades que têm a ganhar podem organizar peso suficiente para retaliar mais forte. Sem isso, as ideias mais ambiciosas desta estratégia correm o risco de se tornar letras miúdas que ninguém implementa."

8 de março: comemorar, resistir, recuperar e restaurar

Deixamos aqui trechos do manifesto do *The People' Health Movement* em comemoração ao Dia Internacional da Mulher:

"Este 8 de março comemoramos, resistimos, recuperamos e restauramos." Mais de 160 crianças — muitas delas jovens estudantes — foram mortas quando uma escola foi bombardeada. (...)

Mulheres estão morrendo em hospitais sem medicamentos, sem comida, sem segurança. Em lugares marcados por guerra, ocupação e conflito — Palestina, Congo, Sudão, Iêmen, Irã e muitas outras regiões — mulheres e jovens estão sendo bombardeadas, deslocadas e levadas aos limites da sobrevivência. Essas não são tragédias aleatórias. São consequências diretas e deliberadas do imperialismo — da extração, dominação e destruição de povos que ousam reivindicar soberania sobre suas terras e vidas. (...)

Através desses contextos, a violência de gênero está se intensificando — em lares, locais de trabalho, campos de refugiados, zonas de conflito e espaços digitais. Violência sexual continua sendo usada como arma de guerra. Violência doméstica, tráfico, casamento forçado e violência sancionada pelo Estado permanecem generalizados e sub abordados.

Ao mesmo tempo, mulheres migrantes e refugiadas são exploradas nas sombras da economia global – uma economia construída sobre lógicas imperiais que movem capital livremente enquanto enjaulam seres humanos.

Essas realidades se desenrolam enquanto movimentos antigênero – muitos deles financiados, organizados e encorajados por projetos políticos autoritários – ganham influência, remodelando políticas, desmantelando proteções e enfraquecendo compromissos com a justiça de gênero.

Cortes nos gastos públicos com saúde e na ajuda internacional estão agravando essas condições. Nomeamos isso claramente: o desfinanciamento dos direitos das mulheres e dos sistemas de saúde não é simplesmente austeridade — é política imperial em ação. Quando governos e potências globais retiram recursos, as consequências são imediatas e devastadoras.

Orçamentos não são neutros. Eles refletem prioridades. Governos devem reconhecer que acabar com a violência de gênero e garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva — incluindo abortos seguros — exige investimento público sustentado."

A CSW70 – Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU terá suas resoluções – e interessantes atividades paralelas – comentadas no próximo informe.

Cuba: internacionalismo médico sob bloqueio

Cuba está enfrentando avanços extremos nas táticas de terrorismo dos Estados Unidos. A intensificação do embargo econômico fez, no dia 16, a ilha enfrentar um apagão total. Além disso, o sistema de saúde cubano está sofrendo consequências pesadas – uma realidade trágica para um país que desde 1960 vem exportando ajuda humanitária aos companheiros do Sul Global, seguindo os valores da Revolução.

"A primeira missão foi em 1960, quando Cuba enviou uma missão médica para ajudar o Chile após um terremoto, e desde então enviaram mais de 600 mil profissionais de saúde para mais de 160 países.

Castro também fundou a Escola Latino-Americana de Medicina, onde 25 mil médicos de países em desenvolvimento foram treinados gratuitamente. A Operação Milagre foi criada conjuntamente por Cuba e Venezuela e já forneceu cirurgia ocular gratuita a 3,9 milhões de pessoas de 34 países diferentes."

Cuba fornece mais pessoal médico ao mundo em desenvolvimento do que todos os países do G7 combinados e agora vê suas crianças morrendo em hospitais devido ao bloqueio a fármacos – sendo o câncer a principal causa de mortalidade em crianças menores de 5 anos.

Gaza: *medicide* e *ecocide*

A Palestina continua a também enfrentar ataques ao seu sistema de saúde – *medicide* – com 46% dos medicamentos na Faixa de Gaza esgotados e com novas entradas controladas e negadas.

"A devastação da saúde palestina pelas forças de ocupação significa que dezenas de milhares permanecem sem acesso adequado a procedimentos reconstrutivos, colocando-os em risco de deficiência vitalícia. A destruição das capacidades de saúde pública e laboratoriais também significa que a maioria dos mecanismos de Gaza para monitorar a resistência antimicrobiana foi apagada, representando uma ameaça não apenas para os palestinos — mas para todo o mundo.

Embora organizações internacionais tenham registrado melhorias modestas na entrega de alimentos desde o cessar-fogo, "profissionais de saúde em solo descrevem como a imprevisibilidade do fluxo, particularmente no caso de fórmula infantil, está causando complicações dolorosas". Oscilações na entrega de fórmula "estão prejudicando a nutrição adequada de lactentes: enquanto famílias normalmente dependeriam de uma fórmula específica, lacunas na entrega as forçam a usar o que estiver disponível, o que pode levar a diarreia e outros sintomas em crianças".

Se soma a isso a destruição do meio ambiente, o chamado *ecocide*, cujos impactos ainda não podem ser totalmente medidos e compreendidos.

"Além dos massacres diários, ainda é muito cedo para compreender o impacto ecológico total da guerra imperial em curso em nossa região. No entanto, mesmo em apenas uma semana, as consequências ambientais já são catastróficas." O conceito de ecocide emerge como dimensão central da destruição em Gaza — não apenas corpos e infraestrutura de saúde, mas o próprio ecossistema."

Movimentos de saúde denunciam ataques ao Irã

Movimentos de saúde e associações juntaram-se a apelos pela paz depois que Estados Unidos e Israel lançaram ataques ilegais contra o Irã no sábado, 28 de fevereiro. Alertaram que o ataque ao Irã certamente terá impactos devastadores na população, arriscando repetir a destruição de instalações de saúde vista na Faixa de Gaza durante o genocídio de Israel. Desde o início dos ataques, autoridades iranianas relataram várias instalações de saúde danificadas por bombas dos EUA e de Israel. Os relatos ecoam os ataques à infraestrutura de saúde em 2025 e a destruição sistemática da saúde palestina desde outubro de 2023. Vale lembrar sobre esse artigo aqui, sobre como Gaza e a destruição do seu sistema de saúde serviram de exemplo para futuras guerras imperialistas.

"O Movimento Popular pela Saúde (PHM) declarou que os ataques "constituem um ato de guerra que coloca em perigo a população civil que vive na região em busca de dominação sobre recursos naturais, rotas comerciais e toda a região".

A rede médica britânica Medact alertou que "os ataques em curso não podem ser isolados de intervenções ocidentais anteriores na região. No passado, 'guerra preventiva' e 'mudança de regime' consistentemente precederam atos de violência imperialista ocidental na Ásia Ocidental e Norte da África. No Irã especificamente, vimos intervenções militares históricas do império britânico e dos EUA para servir à derrubada de governos, promover controle ocidental e explorar recursos."

Novidades que merecem atenção:

Essa semana foi lançado o Dicionário de Alternativas Radicais – The Dictionary of Radical Alternatives – uma base de dados que reúne definições diversas sobre futuros utópicos (a distopia não pode ser a única versão de futuro possível) e métodos de chegar lá.

O *The Bretton Woods Project* publicou, no final de janeiro, esse banco de ferramentas úteis sobre o FMI e o BM – https://www.brettonwoodsproject.org/update/recommended-resources-on-the-world-bank-and-the-imf-2025/ – as *recommended resources* trazem textos muito interessantes sobre o funcionamento das instituições.